



DESCASO COM OS TRABALHADORES

Para dar continuidade nas negociações do ACT e tratar do pagamento referente à PLR 2015, o Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE) se reuniu em Brasília com a direção da Eletrobras no dia 5 de maio e com o DEST no dia anterior. Em relação ao ACT, considerando que os trabalhadores e trabalhadoras do sistema Eletrobras entregaram a pauta de reivindicações no dia 27 de abril, entendemos que houve tempo suficiente para que a empresa pudesse avaliar a proposta e trazer um acordo mínimo que pudesse contemplar os anseios da categoria. Mas, infelizmente, o que ficou claro, foi o descaso total da Holding com os trabalhadores. Novamente, nenhum diretor da Eletrobras participou da reunião.

A Eletrobras se comprometeu em apresentar, até 9:30 do dia 6 de maio, uma contraproposta ao ACT. O que não ocorreu, mostrando mais uma vez falta de respeito e compromisso com os trabalhadores.



O CNE também cobrou a efetivação do acordo da PLR em vigor, que inclusive já foi apreciado e aprovado pelo próprio DEST e que agora depende apenas, exclusivamente, da Eletrobras.

Sabemos que o momento político é muito difícil e complicado. Mas os trabalhadores não podem ficar a mercê dessas questões. Isso porque a categoria cumpriu a sua parte na realização das metas e por isso, nada mais justo, esperamos o reconhecimento de um acordo justo e o pagamento da PLR.

Os trabalhadores continuarão fazendo assembleias para cobrar e exigir os seus direitos.

Parte da direção da Eletrobras está encerrando seu mandato da mesma forma que iniciou, sem ter compromisso com os trabalhadores e a empresa, a verdade é a seguinte: sobrou vaidade e faltou gestão.

Todos ao Ato/Assembleia do dia 10.

Por uma contraproposta e uma PLR decente, por uma Eletrobras pública e com gestão competente!

A hora é de lutar contra as privatizações no setor elétrico, o desrespeito e a falta de compromisso de parte da direção da Eletrobras. Participem das assembleias!

CALENDÁRIO DE LUTA

-06/05: Entrega da contraproposta pela Eletrobras (não ocorrida).

-10/05: Ato/ Assembleia em defesa do setor elétrico contra privatizações, deliberação sobre os rumos do ACT 2016/17 e informativa sobre a PLR.

UMA PONTE PARA O ABISMO

Caso um eventual governo Temer se consolide, o Ministério de Minas e Energia deve ser entregue ao Democratas, partido alinhado com as várias privatizações na década de 90. O programa econômico do PMDB, “Uma ponte para o Futuro”, prevê uma série de prejuízos aos trabalhadores. O próprio Temer disse recentemente que vai privatizar “tudo que for possível”. Confira alguns pontos da proposta de Temer e PMDB para o Brasil:

- Fim das vinculações constitucionais: Hoje há percentuais mínimos do orçamento que devem ser destinados às áreas da Saúde e Educação, por exemplo. O objetivo de Temer / Cunha é acabar com isso, ou seja, se depois de pagar os juros para os banqueiros sobrar dinheiro, aí sim vão aplicá-lo na saúde e na educação do povo;
- Programas sociais sem garantia orçamentária: Programas como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o financiamento habitacional da Caixa, o FIES, o Prouni e o Ciências Sem Fronteira tenderiam a ser extintos;
- Fim de todas as indexações: Hoje o salário mínimo, por lei, deve ser reajustado pelo menos pela inflação do ano anterior somada ao crescimento do PIB. Isso tem garantido ao salário mínimo ganho real de mais

80% nos últimos 13 anos. Ora, se nem o salário mínimo estará protegido contra a inflação, o que dizer dos salários das demais categorias profissionais, como a dos eletricitários, por exemplo?

- Fim da indexação previdenciária ao salário mínimo: Além de o salário mínimo poder subir menos que a inflação, o benefício mínimo dos aposentados poderia ficar ainda abaixo do próprio salário mínimo;
- Aumento da idade mínima para aposentadoria: Passaria para 65 anos para homens e 60 para mulheres;
- Transferência de ativos à iniciativa privada: **PRIVATIZAÇÃO**, incluindo o setor elétrico, claro;
- Fim do regime de concessões na área do petróleo: Entrega do pré-sal às multinacionais e fim da destinação dos recursos do petróleo à saúde e educação;
- Permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais: O negociado passará a se sobrepor à legislação, ou seja, uma categoria ameaçada por demissões em massa seria coagida a abrir mão de seus direitos, como Férias, 13º salário, licença maternidade de 180 dias e tudo mais. Será na prática o Fim da CLT e de todos os direitos trabalhistas.

